



ELEIÇÕES

Plano de governo da dupla Lula-Alckmin é resultado de raro consenso entre partidos de esquerda e reforça a postura da legenda do ex-governador de atenuar divergências internas. Temas mais polêmicos, como aborto, ficaram fora, outros foram abrandados

O papel moderador do PSB na chapa petista

» VINICIUS DORIA
» VICTOR CORREIA

Rodrigo Francisco/divulgação



Lula com Alckmin: acostumado com protagonismo em suas relações históricas com aliados, PT, desta vez, não foi o dono da palavra final

A minuta do plano de governo que a chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) vai lançar oficialmente na próxima terça-feira, em São Paulo, já está nas mãos dos dois pré-candidatos. Aprovado por unanimidade, nesta semana, pelos sete partidos que formam a coligação de apoio ao ex-presidente, o documento é fruto de um raro consenso entre legendas de esquerda, que flexibilizaram pontos de vista, sem abdicar de bandeiras históricas. E reforça o papel moderador do PSB nos debates internos da coligação.

Temas mais polêmicos ficaram fora, como a legalização do aborto; outros, considerados inaceitáveis, como a proposta de desmatamento zero na Amazônia, foram abrandados. A questão ambiental, porém, foi a que mais recebeu contribuições (leia reportagem ao lado).

Para quem participou da elaboração do plano — que servirá de base ao programa oficial a ser registrado pela chapa na Justiça Eleitoral —, o resultado reflete a disposição dos partidos aliados de superar divergências político-ideológicas em nome do objetivo comum.

“Se Bolsonaro tem algum mérito — o único —, é o de ter juntado as oposições para vencê-lo em outubro”, disse ao **Correio** Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira, ligada ao PSB, e um dos representantes de Alckmin nos debates internos de elaboração do plano.

Acostumado com o papel de protagonista em suas relações históricas com aliados, o PT, desta vez, não foi o dono da palavra final. Ao contrário, a legenda iniciou os trabalhos. A Fundação Perseu Abramo (ligada ao partido) elaborou o texto-base das discussões. A partir daí, foram apresentadas 124 emendas, e a maioria acabou acatada em parte ou integralmente.

Ao PSB, a segunda legenda mais importante da base, coube o papel de zelar para que o conteúdo do documento mirasse mais o centro do espectro político e menos os interesses das alas mais à esquerda da aliança. “O PT é mais visceral; o PSB, mais pragmático, mas nós nem nos preocupamos muito com isso. Queríamos e buscamos o resultado, sem preponderância de nenhum partido”, explicou Navarro.

A opinião é compartilhada pela deputada federal Maria do



A presença do PSB, a candidatura do Geraldo Alckmin a vice-presidente, agrega o diálogo com esses segmentos. Está sendo muito importante”

Maria do Rosário (PT-RS), deputada federal

Rosário (RS), representante do PT no grupo. “A presença do PSB, a candidatura do Geraldo Alckmin a vice-presidente, agrega o diálogo

com esses segmentos. Está sendo muito importante. Eu, que sempre fui da ala mais à esquerda do PT, defendi o nome dele, defendi que a gente aceitasse essa aliança”, disse ao **Correio**.

O debate sobre a nova legislação trabalhista foi emblemático. O texto original proposto pelo PT defendia a “revogação da reforma trabalhista feita no governo Temer e a construção de uma nova legislação trabalhista”. Essa era, também, uma bandeira eleitoral do PSol. Solidariedade e PSB, porém, defendiam o aprimoramento da lei, principalmente em relação às regras de proteção aos novos modelos de trabalho advindos da revolução da tecnologia digital, como a regulamentação dos contratos intermitentes e do trabalho em home office.

A saída foi buscar ajuda das centrais sindicais (em especial, CUT e Força), que elaboraram a proposta intermediária de “revisão”, aceita por todos, inclusive

por Lula. Na terça-feira, em entrevista à Rádio Vitoriosa, de Uberlândia (MG), ele declarou ser necessária “uma revisão na reforma trabalhista e da Previdência”.

O programa terá várias contribuições do PSB, principalmente nas áreas de economia criativa e sustentabilidade, ciência e tecnologia, inovação e acessibilidade. A pedido de Alckmin, o programa de governo incluirá estímulos à competitividade tanto no setor público quanto na iniciativa privada. O pré-candidato também emplacou a proposta de fazer dos restaurantes populares uma política pública de âmbito nacional.

Policiais

A diretriz de “valorização da atividade policial” foi outra contribuição da legenda, preocupada em reestabelecer o diálogo com as categorias policiais. A proposta veio acompanhada de compromisso de “implementar e

aprimorar o Sistema Único de Segurança Pública, modernizando estratégias, instrumentos e mecanismos de governança e gestão”.

Em outro trecho do documento aprovado, as siglas definiram que “as políticas de segurança pública contemplarão ações de atenção às vítimas e priorizarão a prevenção, a investigação e o processamento de crimes e violências contra mulheres, juventude negra e população LGBTQIA+”.

“Atrito aqui e acolá sempre haverá, é natural. Mas, para surpresa de todos, foi tudo muito tranquilo”, disse Navarro, satisfeito com o resultado alcançado.

“As reuniões têm sido muito harmoniosas, por mais que tenhamos atores mais centristas e setores mais à esquerda construindo o programa. Em poucas questões tivemos diferenças mais pronunciadas. A situação do país está tão grave que nós não temos o direito de procurar o dissenso”, comentou Maria do Rosário.

Foco no meio ambiente

A questão ambiental foi um dos temas que mais receberam contribuições para o plano de governo da chapa Lula-Alckmin. Os sete partidos da coligação (PT-PSB-PV-PCdoB-Rede-Solidariedade-PSol) concordaram que os problemas nessa área são muito graves e que o documento deveria contemplar medidas de aplicação imediata. Por isso, incluíram a promessa de criar a Força Nacional Ambiental e adotar políticas de fortalecimento dos órgãos responsáveis pela fiscalização e controle de áreas de proteção e populações tradicionais, como Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Funai (Fundação Nacional do Índio) e Fundação Palmares.

“O ataque ao desmatamento, à mineração, às ilegalidades tem de ser imediato, logo no início do governo. E as instituições devem voltar a cumprir com urgência suas funções de fiscalização”, apontou Alexandre Navarro, vice-presidente da Fundação João Mangabeira, ligada ao PSB. Ele afirmou que a proposta também inclui estímulos aos municípios que mais desmatam para que possam estancar a destruição.

Com o objetivo de combater a destruição da Floresta Amazônica, PSol e Rede defendiam a adoção da meta de desmatamento zero, considerada inexistente pelos partidos parceiros. Na última hora, para vencer o impasse, o grupo negociou uma solução alternativa: criou o conceito de “desmatamento líquido zero”, uma equação em que a meta a ser atingida subtrai as áreas de reflorestamento do total da área desmatada.

O PSB encontrou apoio para incluir no debate o mecanismo de compensação ambiental, nos moldes da legislação já adotada há anos no Distrito Federal. Na capital do país, se um empreendimento propuser a supressão de alguma área de vegetação, precisará compensar o dano replantando até sete vezes mais árvores em áreas degradadas ou sensíveis, sob orientação dos órgãos de fiscalização locais. A ideia é ampliar esse conceito para a política ambiental nacional. (VD eVC)

Antonio Barbosa da Silva/DEM



Onyx atua para que presidente segure adesão do RS em plano de socorro

Ação de Bolsonaro favorece Onyx no RS

A disputa política pelo governo do Rio Grande do Sul nas eleições deste ano travou a homologação pelo presidente Jair Bolsonaro do plano de recuperação das contas apresentado pelo governo gaúcho e aprovado pelo Ministério da Economia após anos de renegociação da dívida com a União.

Ex-ministro do governo Bolsonaro e candidato ao Palácio Piratini, o deputado federal Onyx Lorenzoni (PL) atua no Planalto para que o presidente não faça a homologação do plano, segundo apurou a reportagem com fontes do governo.

Com aval do Tesouro Nacional, o plano foi enviado a Bolsonaro, há três semanas, pelo Ministério da Economia. O despacho foi

publicado no *Diário Oficial da União* de 24 de maio. Mas, sem justificativa técnica, Bolsonaro não homologou até agora o documento, peça central do processo de adesão do Rio Grande do Sul ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Esse é um programa do governo federal desenhado para salvar as finanças de estados altamente endividados, como Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Goiás e Minas Gerais.

Em entrevista publicada nas redes sociais, Lorenzoni critica as regras do programa e alega que a adesão ao regime tornará o próximo gestor sem condições, na prática, de governar.

O ex-ministro também coloca em xeque os valores da dívida apurados pelo governo do

qual fez parte até pouco tempo e comandou quatro pastas: Casa Civil, Cidadania, Secretaria-Geral da Presidência e, por último, Ministério do Trabalho e Previdência. Para ele, a dívida está superestimada em alguns bilhões, além de o acordo acabar com a autonomia do Estado.

“O governador eleito não será governador com plenos poderes e autonomia”, disse Lorenzoni numa das postagens em que acusa o ex-governador Eduardo Leite (PSDB), seu adversário nas eleições, de ser irresponsável ao ter renunciado às ações na Justiça para aderir ao programa.

A desistência das ações na Justiça, porém, é uma exigência do Tesouro para qualquer tipo de renegociação de dívidas com

estados e municípios. Lorenzoni afirmou que Leite foi irresponsável por ter entrado no que chama de pior e mais grave regime com grandes restrições.

Leite, por sua vez, sustentou que promoveu reformas e privatizações e equilibrou as contas. Ele destacou que o encaminhamento do problema da dívida, que é estrutural, será importante para o estado e para a União.

Procurado, o Ministério da Economia transferiu a resposta para a assessoria de comunicação de Bolsonaro, que repassou para a Secretaria-Geral da Presidência, que não respondeu. A assessoria de Lorenzoni disse que ele estava em viagem, mas que nas redes sociais dele havia “posição sobre tudo”.